



PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS

PEOPLE IN HOMELESS SITUATIONS: EXPERIENCE REPORT AT THE SPECIALIZED REFERENCE CENTER FOR SOCIAL ASSISTANCE – CREAS

Tamires Liperte Godinho¹

Isabel Cristina da Silva Azeredo²

RESUMO

Este presente estudo tem por finalidade relatar as experiências vivenciadas através da prática de Estágio supervisionado de Serviço Social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Torres/RS, realizado durante dois semestres, no ano de 2023 e 2024, com foco no atendimento a pessoas em situação de rua. O objetivo principal é refletir sobre o papel da instituição, as intervenções desenvolvidas e os desafios enfrentados no processo de trabalho do assistente social com essa população através da perspectiva acadêmica. A análise referente apresentou que, embora o CREAS desempenhe um papel essencial na proteção social, na articulação de serviços e viabilização da garantia de direitos, também enfrenta obstáculos significativos, como a falta de recursos, ineficiência das políticas públicas e a complexidade da realidade enfrentada pela população em situação de rua. Conclui-se que a partir da experiência de estágio, foi proporcionado grandiosos aprendizados para a construção da base acadêmica e futura carreira profissional, destacando o tamanho da importância do trabalho do assistente social na vida das pessoas assistidas, no fortalecimento da cidadania e na inclusão social destes sujeitos que possuem múltiplas vulnerabilidades.

Palavras-chave: CREAS; pessoas em situação de rua; Serviço Social; estágio; assistente social.

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculada na disciplina de Trabalho de Conclusão II. Sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Isabel Cristina da Silva Azeredo. E-mail: tamires.202121418@unilasalle.edu.br.

² Docente e Coordenadora dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia e Matemática da Universidade La Salle - Unilasalle. Especialista em Educação a Distância. Doutoranda em Educação. E-mail: isabel.azeredo@unilasalle.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Descrever e relatar as experiências vivenciadas através da prática de disciplina de Estágio obrigatório do curso de Serviço Social na Universidade La Salle na instituição Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), é um movimento de tarefa delicada e complexa em virtude das altas demandas de risco pessoal ou social dos usuários, como também pelos desafios enfrentados pelos profissionais. Durante o período de aproximadamente oito meses houve uma imersão na realidade do cotidiano de trabalho do assistente social neste contexto, compreendendo as variadas situações e condições existentes no equipamento.

Externar as experiências vivenciadas nas modalidades de estágio é de suma relevância, já que as pessoas não têm muito conhecimento sobre a unidade CREAS e o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais neste campo de atuação, dos quais lutam constantemente pela viabilização da garantia de direitos dos usuários, impactando positivamente na vida das famílias e indivíduos assistidos.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é um espaço que atua na oferta de apoio especializado a indivíduos e famílias que vivenciam situações de violação de direitos. Assim sendo, o CREAS tem um papel fundamental no atendimento às pessoas em situação de rua, sendo caracterizadas como uma das populações mais vulneráveis da sociedade, possuindo inúmeras circunstâncias de direitos violados.

Na instituição encontra-se a equipe técnica e demais trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), buscando atender as diversas demandas que chegam até o espaço. Compreender o território, a historicidade, as funções da instituição, serviços, programas e projetos é de grande importância para o entendimento da atuação deste cenário.

Ademais, por meio da participação observacional realizada durante o estágio, foi possível identificar que a maior demanda atendida pela instituição é composta por pessoas em situação de rua. Essa realidade ocorre devido à ausência de um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) no município. Como Torres é uma cidade turística, há um fluxo contínuo de pessoas em situação de vulnerabilidade que chegam nesta região em busca de oportunidades e, portanto, acabam recorrendo à instituição para atendimento, assim se tornando ponto de apoio essencial.

Desta maneira, o projeto de intervenção articulado juntamente com a supervisão não poderia ter outro foco, sendo especificamente necessário e destinado a esta população que enfrenta em seu cotidiano situações de exclusão social, marginalização, falta de acesso às

políticas públicas, entre outras expressões da questão social. Tal projeto buscou, assim, promover ações que contribuíssem para a reintegração social e fortalecimento da cidadania, destes que frequentemente são privados de direitos básicos, possuindo condições de vida imensamente precárias.

No entanto, se faz imensamente necessário compreender e avaliar a relevância dos profissionais do Serviço Social no CREAS, uma vez que os mesmos proporcionam através do olhar da totalidade dos indivíduos, a possibilidade de transformação na vida das pessoas, assegurando o acesso a direitos. Porém, no contexto do processo de trabalho com as pessoas em situação de rua foi possível identificar muitos obstáculos e desafios enfrentados pelos assistentes sociais com este público.

Em síntese, este estudo tem por objetivo relatar as experiências vivenciadas pela autora em seu Estágio Curricular Obrigatório do curso de Serviço Social, realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), do município de Torres/RS. De forma complementar, pretende-se refletir sobre o papel da instituição, as intervenções desenvolvidas e os desafios enfrentados no processo de trabalho do assistente social com essa população, através da perspectiva acadêmica.

Portanto, em linhas gerais, nas próximas sessões, estarão os tópicos da metodologia que abordarão o tipo de pesquisa escolhida, o local, os dados e o papel da realização da prática do estágio, a discussão crítica e os resultados alcançados deste presente estudo, além de finalizar com a conclusão deste processo de relato de experiência vivenciada.

2 METODOLOGIA

Se tratando da metodologia utilizada para este ensaio, foi escolhida a pesquisa qualitativa do tipo relato de experiência, da qual é uma abordagem que se baseia na descrição detalhada e reflexiva de situações vivenciadas pelos envolvidos, abrangendo um determinado contexto específico. Esse tipo de pesquisa enfatiza o foco no compartilhamento de aprendizagens adquiridas, observações e análises com base em práticas reais, através de vivências pessoais ou coletivas.

Desta forma, este método é valiosamente considerado para a produção de conhecimentos reflexivos e práticos, enriquecendo o campo acadêmico com narrativas de diversos aspectos e contribuindo para o desenvolvimento de novas estratégias e perspectivas em distintos campos de atuação. Neste mesmo sentido é possível analisar que:

A opção por um relato de experiência deve-se ao fato de considera-lo importante por dois aspectos. O primeiro está na análise da experiência realizada, enquanto participante do processo. O segundo na intenção de colaborar com outras equipes gestoras de diferentes redes de ensino, que pretendem articular, por meio da utilização da ferramenta do PDDE interativo ações que apoiem a gestão e colaborem para aprimorar suas práticas pedagógicas, administrativas e melhoria dos resultados processo (Nascimento, 2016, p. 46, *apud* Fortunato; Neto, 2018, p. 41).

Portanto, além de toda importância existente ao relatar experiências com aporte científico, é imprescindível neste presente trabalho contextualizar que este momento vivenciado foi extremamente marcante e significativo na caminhada acadêmica e para futura profissão, pois todo aprendizado teórico estudado por alguns anos foi proporcionado compreender na prática, sendo um inesquecível trajeto percorrido.

Neste mesmo contexto, podemos analisar o relato de experiência (RE) como: “O RE situa o saber resultante de um processo; melhor dizendo, pode-se considerá-lo em um entrecruzamento de processos, dos coletivizados aos mais singulares” (Daltro; Faria, 2019). Referente aos processos singulares é possível analisar que:

Pressupõe-se no RE um trabalho de concatenação e memória, a elaboração de um acontecido que como vê seu relator, invocando suas competências reflexivas e associativas, bem como suas crenças e posições de sujeito no mundo. Então, o trabalho narrativo da singularidade no RE é sempre e invariavelmente um trabalho de linguagem. (Daltro; Faria, 2019).

Em vista disso, como discutido, pode-se considerar o relato de experiência como resultado do processo de algo que impactou, de forma singular ou coletiva na vida do relator.

3 DO LOCAL ONDE A INSTITUIÇÃO SE ENCONTRA SITUADA

O CREAS do qual foi vivenciada a prática de Estágio se localiza no município de Torres, no litoral norte do Rio Grande do Sul, sendo considerada a praia mais bela do estado. Conforme o site Passagens Promo (2021):

Para muitos, a Praia de Torres carrega o título de praia mais bonita do Rio Grande do Sul, cujo cenário é formado por paisagens que parecem saídas de uma pintura. A plana e extensa faixa de areia é emoldurada por dunas, falésias e morros que oferecem vista privilegiada do oceano e das belezas naturais à sua volta. Capital nacional do balonismo, essa pequena cidade gaúcha é um verdadeiro paraíso para quem curte ecoturismo, com matas preservadas, reservas ecológicas, trilhas e os selvagens Molhes de Torres, onde o rio Mântua deságua no mar (Passagens Promo, 2021).

Por tal motivo, a cidade de Torres recebe diariamente muitos turistas, com o intuito de conhecer as belezas naturais deste território e os festivais de Balonismo que atraem muitas pessoas, das quais se deslocam de diversos lugares, estados e até mesmo países. Atualmente, de acordo com informações do site do Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE),

no último Censo de 2022, o município apresentava 41.751 habitantes e estima-se que em 2024 este número cresça elevadamente para 43.268 pessoas que convivam nesta região geográfica.

No momento atual o CREAS, se encontra localizado na Rua Estrada do Mar, km 89, nº 275, Bairro: Faxinal, e se mantém afastado do Centro da cidade e dos demais equipamentos da rede socioassistencial, o que dificulta a locomoção dos usuários para acesso a outros serviços.

3.1 Dados da Instituição

Historicamente, logo após um processo de reordenamento da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, foi implantado o CREAS no município de Torres, no dia 04 de dezembro de 2014, visando oferecer os serviços de média complexidade e buscando atender as orientações do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS).

Assim sendo, a Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011, em seu artigo 6- C, estabelece a instituição como:

§ 2º O CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

Contudo, diante da necessidade de atenção especial, o CREAS atende e/ou acompanha demandas que pertençam a média complexidade, que de acordo com o site do Governo de Minas Gerais (2024):

Os serviços de média complexidade são aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Dessa forma, os serviços requerem maior estruturação técnica operacional e atenção especializada e mais individualizada e/ou de acompanhamento sistemático e monitorado (Minas Gerais, 2024).

Sendo assim, essa instituição atuando na média complexidade tem por missão importantes objetivos relacionados ao fortalecimento, orientação e apoio no desenvolvimento da função protetiva das famílias e indivíduos, facilitando a inclusão em sistemas que promovam a proteção social e garantindo o acesso adequado dos serviços públicos.

Além do mais, visa restaurar a integridade das pessoas, possibilitando sua autonomia e capacidade de superação de complexas situações de vulnerabilidades. Também busca romper com padrões internos de violação de direitos e superação de danos causados, além de prevenir novos episódios, operando de forma a evitar a reincidência, assegurando a proteção continuada de direitos através de acompanhamentos.

Para alcançar a finalidade dos objetivos deste espaço é necessária uma equipe de trabalho capacitada para atender as demandas que pertencem à conjuntura de risco pessoal ou social dos usuários, que estejam em situação de violação de direitos e de violência. Portanto, enquanto recursos humanos a instituição conta com os seguintes profissionais e trabalhadores:

Quadro 1 – Distribuição de profissionais por cargo

Cargos	Nº de Profissionais/trabalhadores
Assistente Social	2
Psicólogo	2
Monitora para pessoas em situação de rua	4
Recepcionista	1
Auxiliar de higienização	1
Copeira	1
Vigilante	1

Fonte: Elaborado pela autora, (2024).

A contratação dos funcionários equivalente a equipe técnica, motorista e vigilante é mediante ao concurso público, já os demais trabalhadores são contratados através do processo seletivo municipal, com contrato no período de um ano, podendo ser renovado.

Quanto aos recursos materiais, a instituição localiza-se em uma estrutura alugada pelo município, em alvenaria, dividida em dez salas (sendo salas para as técnicas, banheiros, cozinha, almoxarifado, para monitoras de pessoas em situação de rua, estagiários, recepção e uma que se divide para reuniões interna de equipe e acolhimentos realizados nos atendimentos).

A instituição possui um veículo destinado para realização de visitas domiciliares, atendimentos e demandas que necessitam o uso veicular em prol das necessidades do equipamento CREAS.

Ao se tratar dos recursos financeiros, tais são próprios do município, que são alocados no fundo municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

3.2 Serviços, programas e projetos

É imprescindível compreender os serviços, programas e projetos ofertados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), uma vez que muitas pessoas acabam confundindo a instituição com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS),

das quais possuem objetivos distintos. Enquanto o CRAS opera na prevenção de situações de risco social e vulnerabilidades, o CREAS oferece atendimento especializado para as pessoas que já tiveram seus direitos violados. Conhecer a distinção entre estes serviços garante aos cidadãos o acesso preciso conforme suas necessidades, proporcionando o encaminhamento correto e o atendimento conveniente às suas demandas. De acordo com o site do Governo Federal do Brasil (2019):

A unidade deve, obrigatoriamente, ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), podendo ofertar outros serviços, como Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias. É unidade de oferta ainda do serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Além de orientar e encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município, no CREAS também se oferece informações, orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estimula a mobilização comunitária (Brasil, 2019).

Desta forma, segundo o contexto, podemos compreender os serviços ofertados pela unidade CREAS, além de atender as necessidades das pessoas em situação de rua, pois o município de Torres não possui um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), que é um espaço público destinado para o atendimento especializado para este grupo específico.

Além do mais, os benefícios eventuais não fazem parte da referência do CREAS, porém nos atendimentos aos usuários acompanhados e inseridos nos serviços da instituição, os mesmos podem ser ofertados, tais como benefícios por vulnerabilidade temporária, sendo cesta básica, vale- gás e passagens. Além disso, o equipamento também encaminha a população usuária para acesso de Programas de Transferência de Renda como Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família e emissão de carteira ID Jovem.

3.3 Dos usuários

Como visto acima, os usuários do CREAS são pessoas que estão enfrentando diferentes situações de vulnerabilidades sociais, violação de direitos e risco social. Especificamente neste contexto, são atendidas e/ou acompanhadas na instituição conforme o site do Governo de São Paulo (2024):

Crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, e suas famílias, que vivenciam situações de ameaça e violações de direitos por ocorrência de abandono, violência física, psicológica ou sexual, exploração sexual comercial, situação de rua, vivência de trabalho infantil e outras formas de submissão a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida, impedindo-os de usufruir de autonomia e bem-estar (São Paulo, 2024).

Durante as vivências de estágio no CREAS, que teve finalidade em julho de 2024, foi possível presenciar diversos acontecimentos e demandas que necessitam de apoio do equipamento para o auxílio na superação da atual condição enfrentada. Porém, de todos os casos, ficou evidente que as pessoas em situação de rua representavam o maior público atendido pela instituição, pois diariamente havia um recorrente fluxo, que demandava maior suporte e atenção dos profissionais

3.4 Do serviço social na instituição

O Serviço Social na instituição funciona desde que a mesma teve sua criação no ano de 2014, a partir da construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implementado diante da necessidade de atenção especial aos usuários no município.

A equipe técnica já passou por diversos profissionais, todos trabalhando através do concurso municipal, com carga horária de 35 horas semanais. Atualmente, a instituição possui duas assistentes sociais atuantes, tais se dividem entre coordenação e atendimentos.

A partir da primeira acolhida e por encaminhamentos de outros órgãos responsáveis é realizado os acompanhamentos, que permitem uma maior compreensão da violação de direito existente, fornecendo o suporte necessário para a superação da realidade vivenciada pelas famílias e indivíduos.

Os assistentes sociais atuam na construção de plano individual e/ou familiar, orientação sociofamiliar, informações, acompanhamentos, apoio à família extensa ou ampliada, articulação de serviços socioassistenciais, mobilização para o exercício da cidadania, elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao convívio familiar, grupal ou social, articulação com outros órgãos do Sistema de garantia de direitos, encaminhamentos necessários, trabalho interdisciplinar, acolhida, estudo social, diagnóstico socioeconômico, entre outros. Diante deste cenário conforme Iamamoto (2006):

O Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. (Iamamoto, 2006, p. 69; *apud* Oliveira p. 7).

Sendo assim, o Serviço Social na instituição tem como objetivo atuar de forma especializada para oferecer respostas adequadas as diversas demandas apresentadas, fortalecendo as famílias no exercício de sua função protetiva, promovendo sua inclusão no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme as necessidades identificadas.

Além disso, contribui para o rompimento e superação de padrões violadores de direitos dentro do contexto familiar, oferecendo amparo para a restauração e preservação da integridade dos usuários, promovendo a autonomia dos mesmos, e auxiliando no apoio para a recuperação de danos e na prevenção da reincidência de violações de direitos.

Todavia, com foco nas pessoas em situação de rua o Serviço Social desempenha um papel essencial no atendimento a este público, oferecendo apoio especializado e de caráter protetivo. Os assistentes sociais atuam no acolhimento destas pessoas, identificando suas necessidades imediatas e prolongadas, promovendo o acesso a direitos como moradia, saúde, inserção no mercado de trabalho e alimentação.

Ademais, os serviços visam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, quando possível, e a superação das vulnerabilidades sociais apresentadas. Dentre as intervenções do CREAS para a população de rua estão o auxílio nas documentações pessoais, acompanhamentos através de busca ativa realizadas pelas monitoras da instituição, orientações, encaminhamentos na rede socioassistencial e para outros serviços, fortalecimento da cidadania, contribuição para a autonomia e inclusão social destes indivíduos, visando garantir uma rede de proteção especial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a visão acadêmica compreender todo o processo de desenvolvimento do trabalho na instituição CREAS, entre toda a conjuntura até aqui analisada é fundamental para a futura profissão ensejada em atuar como assistente social. É extremamente necessário entender a funcionalidade do campo estagiado para poder discutir os resultados dos conhecimentos adquiridos nesta etapa tão importante.

Diante do cenário, foi possível conhecer todos os fatores que englobam a instituição, além de analisar os desafios multifacetados no processo de trabalho dos assistentes sociais com as pessoas em situação de rua, que exigem preparo, sensibilidade e desempenho interdisciplinar. Esses profissionais precisam lidar com situações complexas, mantendo o foco na projeção dos direitos humanos e no fortalecimento da cidadania dos assistidos. A atuação exige constante adaptação às necessidades apresentadas, além de articulação com políticas públicas e redes de apoio. Desta forma, o assistente social ocupa um papel essencial na construção de alternativas que garantem o acesso a direitos aos usuários, promovendo a uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ao refletir sobre as vivências do período de estágio é possível analisar a expressiva relevância do equipamento CREAS, do trabalho da equipe e dos serviços ofertados na tentativa de melhorar a condição de vida dos usuários em situação de rua, que representa o maior público de atendimento diário. Neste contexto Brasília (2004):

(...) no caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos (Brasília, 2004, p.37).

Portanto, as intervenções realizadas no período de estágio, teve enfoque com este público, buscando alcançar uma abordagem humanizada e integradora.

O espaço destinado para as intervenções, gerou uma rica fonte de reflexão, trocas e aprendizados tanto para a estagiária quanto para os usuários envolvidos. A partir das interações, das estratégias de acolhimento e escuta ativa foi possível perceber a complexidade das experiências e necessidades desta população, desafiando o olhar preconceituoso sobre a vivência na rua. As intervenções possibilitaram uma compreensão profunda dos fatores que levam a situação de vulnerabilidade, bem como as barreiras que dificultam o acesso a serviços básicos.

O presente processo proporcionou percepções valiosas sobre o contexto vivenciado de intervenções, destacando a importância de um ambiente acolhedor e como esta prática refletiu positivamente na mudança do olhar da acadêmica, fortalecendo na prática a teoria estudada, enriquecendo os saberes, para futuramente exercer a tão sonhada carreira profissional na luta para a viabilização de direitos inerentes das pessoas.

4.1 Desafios e obstáculos enfrentados no processo de trabalho do assistente social com as pessoas em situação de rua

Conforme na legislação brasileira, a Lei nº 11.258 de 30/12/2005, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, inclui no parágrafo único do Art. 23 da LOAS: “Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: II - às pessoas que vivem em situação de rua”. Desta forma, se estabelece a obrigação da criação de programas no âmbito da organização dos serviços ofertados pela assistência social destinados a esta população. Contudo, para entendermos a caracterização dos mesmos, é definido através do Decreto Nº 7.053 de dezembro de 2009, como:

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia

convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil,2009).

Conquanto, a partir do conceito dessa população, é possível entender que perpassam diversas expressões da questão social na realidade deste grupo tão vulnerável, e que o trabalho do assistente social caminha para viabilizar os direitos inerentes destes cidadãos. Em contrapartida, são apresentados múltiplos desafios na intervenção do assistente social com este público.

Todavia, entre os maiores desafios apresentados estão a falta de políticas públicas adequada para a realidade destes indivíduos, assim como a fragilidade da rede, burocracia institucional, falta de recursos e a estigmatização pela sociedade, fato este que compromete o bem-estar e a relação de confiança na construção de vínculos.

Diante desta perspectiva, podemos compreender perante as vivências de estágio alguns entraves existentes entre o trabalho do assistente social com as pessoas que estão vivendo nas ruas. Neste mesmo caminho, as políticas públicas ineficientes são um dos principais desafios enfrentados nesta relação, para melhor entendimento vejamos o conceito a seguir:

Políticas públicas são as ideias e programas que um governo usa para tentar melhorar a vida de seus cidadãos. Uma política pública pode abordar vários temas de interesse da sociedade, até regras administrativas estabelecidas por burocratas no poder executivo, ou mesmo simples diretrizes emitidas em nível local (Tribunal de Contas, 2024).

Para tanto, diante do exposto é perceptível a extrema importância da implementação e construção de políticas públicas para a população de rua, pois com o acesso desta composição é proporcionado a justiça social e inclusão, atuando desta forma para a redução de desigualdades, proteção de direitos individuais e promoção da participação cidadã. Contudo, sua eficiência requer mecanismos de avaliação contínua e monitoramento, idealizando garantir a efetividade ao decorrer do longo do tempo.

Outro fator que implica é a fragilidade da rede, pois este trabalho envolve a articulação entre diferentes setores e desempenha um papel crucial no apoio às diversas demandas das pessoas em situação de rua, funcionando como uma união de interação que facilita o atendimento social necessário para a construção de ações intersetoriais eficazes. Tal fragilidade dificulta o processo de trabalho do assistente social com essa população, porém o fortalecimento da equipe interdisciplinar proporciona um suporte mais amplo e integrativo, capaz de lidar com as diferentes necessidades apresentadas por essa população.

Dentre as barreiras a burocracia institucional é significativa, pois se torna um grande impedimento devido à complexidade dos procedimentos e requerimentos exigidos, dificultando o acesso a serviços e direitos que as pessoas necessitam alcançar. Neste contexto, é essencial implementar estratégias que simplifiquem os processos burocráticos existentes, promovendo facilidades na qualidade do fluxo de atendimentos.

Além disso, a falta de recursos financeiros e materiais compromete a qualidade dos atendimentos prestados, pois limita as ações dos assistentes sociais no processo de trabalho com a população de rua, já que a escassez de verbas restringe a capacidade de ofertar serviços básicos aos usuários. É indispensável buscar a colaboração e parcerias estratégicas de outros setores, além de mobilizar recursos públicos e privados, a fim de possibilitar atender às emergentes necessidades deste público assistido.

Ademais, o preconceito que percorre pela sociedade para com as pessoas em situação de rua, eleva cada vez mais a exclusão social destes indivíduos, afetando negativamente as emoções, auto estima e dificultando as oportunidades que possam ocorrer. A desinformação contribui para construir visões negativas sobre estes sujeitos, desconsiderando as circunstâncias e causas envolvidas para estarem nesta condição. Neste mesmo contexto, podemos analisar conforme Brito; Silva (2022): “Representações sociais históricas sobre estigma e preconceito relacionado à População em Situação de Rua (PSR) provocam sofrimento psíquico, sentimento de vergonha, afastamento das relações familiares e sociais”.

Desta maneira, o estigma existente na sociedade em relação a população de rua produz um grande entrave no trabalho dos assistentes sociais, uma vez que o preconceito da sociedade culmina na dificuldade de criação de vínculos de confiança. Pode-se afirmar que um dos maiores fatores para a eficácia nas intervenções junto às pessoas em situação de rua é justamente o vínculo. Através da escuta comunicada, das abordagens sensíveis e humanizadas por parte dos profissionais, além da promoção de esclarecimentos para a conscientização pública sobre os direitos e as realidades vivenciadas por estes indivíduos, será possível superar estes obstáculos. Isso inclui, também, o fomento a espaços e ambientes que proporcionem mais igualdade e acolhimento.

Portanto, estes foram os principais desafios e obstáculos analisados nas vivências de estágio sobre o trabalho do assistente social juntamente às pessoas em situação de rua, visto ser necessário explorar estratégias e capacitações para o enfrentamento da temática aqui discutida, baseada na luta por atendimentos e acompanhamentos dignos, fortalecendo o Código de Ética profissional, que busca e idealiza por uma sociedade com justiça e equidade.

4.2 As intervenções realizadas pela estagiária

Inicialmente, após o período de observação no processo de estágio houve a realização das intervenções voltadas para as pessoas em situação de rua atendidas no CREAS. Após analisar as maiores demandas deste público foi possível ir além dos acolhimentos. Sendo assim, quinzenalmente foram realizadas as propostas da acadêmica intitulada como “O fortalecimento da cidadania das pessoas em situação de rua”. Dentre as intervenções foram realizadas oficinas, rodas de conversas e atendimentos particularizados.

No primeiro momento, juntamente com a parceria da empresa de barbearia La Máfia Social Club do município de Torres, foi disponibilizado aos usuários corte de cabelo e barba gratuitos, dos quais ansiavam por este momento, proporcionando desta forma espaço para a auto estima, inclusão social e sociabilidade aos participantes. Neste mesmo contexto, podemos compreender que:

A inclusão social é um processo amplo que visa integrar na sociedade indivíduos e grupos que foram historicamente marginalizados ou excluídos, garantindo-lhes acesso igualitário a oportunidades e recursos em diversas áreas da vida social, como educação, emprego, saúde e participação política (Mendes, 2024).

Ademais, pensando nos movimentos de inclusão social destas pessoas que se sentem tão excluídas pela sociedade, foi realizado também as oficinas de artes, onde os envolvidos puderam expressar suas culturas e identidades, estimulando o pensamento crítico, promovendo o bem-estar coletivo e individual, fortalecendo a cidadania consciente da vida comunitária, fomentando desta maneira a coesão social.

Na prática esportiva, houve a realização da oficina de voleibol, juntamente com a educadora física: Ângela Cezimbra de Vargas CREF/RS 0307784-G, da qual ficou encarregada de participar e coordenar a dinâmica. Contudo, esta intervenção proporcionou um espaço de participação ativa, socialização, pertencimento, integração dos participantes e engajamento na promoção do bem-estar coletivo. Assim, a interação desta oficina para o intuito de fortalecimento da cidadania contribui significativamente para uma sociedade mais consciente, participativa e democrática.

A saúde é direito a todo cidadão inerente, porém na realidade existem diversos desafios atravessados pela população de rua para ter acesso e continuidade tão necessária relativa a esta condição. Podemos analisar conforme:

Apesar de a Constituição Federal assegurar saúde como direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas econômicas e sociais, em termos práticos, não se vê a extensão desses direitos à PSR: esta vive à margem dos processos de inclusão e

sofre graus acentuados de vulnerabilidade e marginalidade no acesso aos bens e serviços (Paiva, *et al.*, 2016).

Assim sendo, ao pensar nas dificuldades enfrentadas por estes indivíduos após articulação de rede, houve a parceria com o médico Dr. Adriano Furtado da Silva (CRM RS/56.005), juntamente com a enfermeira Fabiana, ambos do Posto Central do município.

Tais se deslocaram para o CREAS, para a realização da oficina da saúde destinada aos usuários em situação de rua, com o objetivo de prestar atendimento clínico humanizado. A partir desta intervenção, semanalmente a equipe médica realiza este procedimento, se mobilizando de forma contínua.

Em outros momentos, foram realizadas duas rodas de conversas, a primeira idealizando sobre a compreensão do que abrange a cidadania. Sendo confeccionado dois cartazes, um com a escrita: Ser cidadão e outro com não ser cidadão. Após foram recortadas diferentes figuras e escolhidas pelos participantes para serem coladas nos cartazes conforme foram identificados pelos mesmos. Diante deste cenário, podemos analisar que ser cidadão entende-se por:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho justo, à saúde, a uma velhice tranquila (Paraná, 2019).

Portanto, ao se discutir e conscientizar sobre a cidadania das pessoas em situação de rua, independente da sua condição social é fundamental, pois o reconhecimento como cidadãos de direitos e deveres é essencial para promover inclusão, dignidade e para combater marginalização e exclusão social que as pessoas enfrentam em seu cotidiano, incluindo a falta de acesso a serviços básicos. A discussão sobre a cidadania desta população instiga a criação e implementação de políticas públicas eficazes, contribuindo para melhorar as condições de vida destas pessoas com múltiplas vulnerabilidades. O reconhecimento da cidadania das pessoas em situação de rua é descrito como um passo fundamental para a luta e construção de uma sociedade equitativa, justa e humanitária.

A realização da segunda roda de conversa contou com a participação do estagiário de Serviço Social Nilton Policena, integrante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua. O mesmo tem experiência pessoal significativa, pois superou a condição de viver em condição de rua e, agora, luta pelos direitos dessa população vulnerável. Tal movimento acima citado, compreende-se por:

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) ou ainda Movimento Nacional População de Rua é um movimento social e político apartidário brasileiro que luta pelos direitos das pessoas em situação de rua e por sua inclusão

social e é referência para estudos e políticas públicas para esse grupo (Wikipédia, 2023).

Sendo assim, a participação do estagiário neste espaço foi extremamente significativa, sendo motivação para os usuários desta roda de conversa reflexiva, reforçando o compromisso com a conscientização e a promoção de políticas públicas voltadas para esses indivíduos. A temática escolhida para este momento foi o “Mundo do Trabalho”. Houve trocas de experiências, discussões sobre o assunto e explanação sobre o Programa Frente de Trabalho do município de Torres, que pode ser entendida de acordo com o site da Prefeitura Municipal de Torres (2024), como: “Sobre o Programa Frente de Trabalho: Ele tem como objetivo prestar assistência à população em situação de vulnerabilidade social, proporcionando a qualificação do usuário”.

Desta forma, após as explicações, diálogos e trocas reflexivas foi realizado a verificação de documentações, confecção e fornecimento de currículos aos usuários, que demonstraram grande interesse em conseguir um emprego para a superação desta condição atual. Nilton, também explana sobre a luta do Movimento e lança o convite de participação para os indivíduos por esta causa. Também é sugerido aos participantes qualificações, empresas e negócios que estão necessitando de trabalhadores.

Neste sentido, as oficinas e as rodas de conversas desenvolvidas na etapa de estágio desempenharam um papel fundamental na promoção da inclusão social, diálogo, conscientização e empoderamento dos participantes envolvidos. O espaço se torna seguro para a troca de experiências, reflexões e informações relevantes, permitindo que os indivíduos expressem suas demandas e sentimentos. As atividades interventivas contribuíram para o fortalecimento do senso da cidadania, uma vez que incentivam o protagonismo dos usuários, facilitando o acesso aos seus direitos.

Portanto, para os profissionais do Serviço Social, essas ferramentas são essenciais para identificar as necessidades coletivas e individuais, promovendo a formulação de estratégias adequadas às diferentes situações apresentadas. Tais iniciativas reforçam e fomentam a cidadania e reintegração social das pessoas em situação de rua, que vai em conformidade ao Projeto Ético Político da profissão que luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

4.3 Percepções das intervenções realizadas com as pessoas em situação de rua

As intervenções realizadas com pessoas em situação de rua ao decorrer do estágio foram uma experiência única, enriquecedora e transformadora, tanto no âmbito profissional quanto na

esfera pessoal. Essa vivência me proporcionou uma grande oportunidade de reflexões e aprendizados que cercam a realidade complexa dessas pessoas e como as intervenções sociais podem impactar diretamente suas vidas. Nesta seção, busco explorar as percepções adquiridas ao longo desse processo, bem como os aspectos que influenciaram a escolha de relatar essa experiência.

Na priori do estágio, minha compreensão sobre a população de rua era superficial e limitada, pois era baseada em concepções preconcebidas. As intervenções realizadas me forneceram uma visão profunda, esclarecendo o entendimento sobre as diversas camadas que compõem essa difícil realidade. Muitas vezes, as causas que levam uma pessoa a essa condição são reflexos de diferentes fatores, envolvendo questões como a falta de acesso a serviços de saúde, desemprego, problemas familiares, traumas pessoais, entre outros. Essa percepção fez ver que as intervenções não são apenas como ações pontuais, mas como parte de um processo contínuo de construção de redes de apoio e transformação social extremamente necessária para estes indivíduos tão vulneráveis.

As intervenções realizadas variaram desde a escuta humanizada, espaço para discussões, compreensão das demandas, elevação da autoestima, fortalecimento do senso de pertencimento dos usuários até a facilitação de acesso a serviços de saúde, esporte e trabalho. Cada uma dessas ações teve um impacto distinto na vida das pessoas atendidas. Durante as atividades, observou-se que a construção de vínculos e apoio fazem uma diferença significativa na vida destes sujeitos. O reconhecimento de sua cidadania e dignidade foi um aspecto essencial nas intervenções. Através da criação de um espaço para acolhimento foi gratificante ouvir as histórias e as dificuldades enfrentadas, impulsionando a contribuir de forma positiva e com esperança de mudanças na qualidade de vida das pessoas envolvidas.

As atividades também provocaram mudanças profundas nas minhas próprias percepções. A interação direta com as pessoas em situação de rua desafiou minha visão superficial sobre a pobreza e a marginalização. A partir do momento em que me engajei nas trocas de conversas e busquei entender suas realidades, comecei a perceber a força e a resiliência que essas pessoas demonstram em seu cotidiano. Essa mudança de percepção me levou a compreender que cada ser humano possui potencial para transformação, e que as intervenções devem ser pensadas de maneira a respeitar as condições singulares e promover a autonomia das pessoas em situação de rua.

Um dos principais aprendizados foi a importância de construir relações de vínculos de confiança. As intervenções não se tratavam apenas de oferecer algo naquele respectivo momento, mas de estabelecer o fortalecimento de vínculos. Muitas vezes, as pessoas em

situação de rua estão acostumadas a visão preconceituosa em suas realidades, devido a experiências passadas ou pelo descaso da sociedade em geral. A construção de um relacionamento baseado em empatia e respeito foi essencial para que as intervenções fossem efetivas. Essa conexão não apenas facilitou a aceitação das ações propostas, mas também encorajou as pessoas a se envolverem ativamente em seu próprio processo de mudança, demonstrando interesse nas participações de cada etapa designada.

Essa experiência também me levou a refletir sobre o papel de atuação do assistente social neste campo. É fundamental entender que o interventor não se posicione querendo ser o salvador imediato, mas sim como um facilitador de acesso a direitos inerentes às pessoas em situação de rua. O foco deve ser na promoção da autonomia, fortalecimento, apoio e na valorização das vozes das pessoas atendidas. Compreender que cada um tem seu próprio ritmo e desejo de mudança conforme seu pensamento é essencial para que as intervenções sejam verdadeiramente respeitadas e significativas.

As intervenções com pessoas em situação de rua contribuíram grandemente para meu desenvolvimento pessoal e profissional. As enormes habilidades adquiridas, como escuta ativa, acolhimentos, construção de vínculos, empatia, compreensão da prática do assistente social e capacidade de adaptação, são valiosas em qualquer contexto profissional. Além disso, a experiência me motivou a buscar um aprofundamento teórico sobre questões sociais e a relevância do processo de trabalho em equipe nas intervenções. Essas experiências vivenciadas me proporcionaram entender a necessidade existente do olhar interdisciplinar, que considere não apenas a assistência a rápido prazo, mas também a inserção dessas pessoas em uma rede mais ampla de apoio para superação desta condição.

Em suma, relatar minha experiência com as intervenções realizadas junto a pessoas em situação de rua não é apenas uma maneira de compartilhar meu aprendizado, mas também um convite a enxergar e refletir sobre a realidade social que cerca essa população. As percepções adquiridas ao decorrer desse processo de estágio reforçam a importância de um trabalho voltado ao comprometimento e empatia, que busque atender as necessidades e desejos dessas pessoas. Essas vivências me ensinaram que, mais do que intervenções realizadas pontualmente, o que se busca é a construção de um caminho de respeito, dignidade e humanização, onde cada pessoa possa ser vista em sua totalidade e ter a oportunidade de reescrever sua própria história. Essa é uma lição que levarei tanto para minha vida pessoal quanto profissional, dedicando-me e comprometendo-me em atuar com consciência humanizada e empática em tudo que me for atribuído e proposto. Conforme a assistente social Yamamoto (2000):

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários (Jamamoto, 2000, p. 17).

Assim sendo, como acadêmica e futura assistente social buscarei lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, atuando na facilitação de acesso aos direitos, como tive a honra de poder participar no processo de estágio juntamente às pessoas em situação de rua.

5 CONCLUSÃO

Por todo o exposto, o relato de experiência do estágio supervisionado acima apontado e discutido teve por intenção demonstrar as vivências deste período tão importante para a formação acadêmica, tendo como foco o atendimento às pessoas em situação de rua. O estágio no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) proporcionou aprendizados marcantes e significativos, tanto no âmbito técnico quanto no pessoal, permitindo uma imersão profunda na realidade da atuação profissional e na compreensão das vulnerabilidades complexas que envolvem a população de rua.

Durante esse período foi possível abranger valiosos saberes sobre todas as dimensões que englobam a instituição e através da experiência prática aplicar os conhecimentos adquiridos na teoria, assim podendo perceber a relevância do trabalho social como um espaço de acolhimento, rede de apoio, orientação e construção do fortalecimento protetivo e da cidadania como um todo.

A prática das intervenções voltadas para o público em situação de rua proporcionou uma vivência rica em aprendizados, podendo observar e ampliar a visão sobre as expressões da Questão Social que estes indivíduos vivenciam em seu cotidiano e os motivos pelos mesmos estarem enfrentando esta condição. As ações tiveram intuito de promover o acesso básico a direitos, ambiente para acolhimento e escuta qualificada das demandas advindas pelos usuários, buscando auxiliar e atender de forma digna as situações apresentadas em cada encontro.

Além disso, a criação de vínculos de confiança e a percepção das atividades realizadas é de suma importância, podendo desta forma compreender através das trocas a grandiosidade do trabalho com estas pessoas, conseguindo fornecer atendimentos mais abrangentes e eficazes, adequados para cada intervenção necessária. Primando entre outros atributos pela defesa dos direitos dos usuários.

Porém, é notório que existem diversos obstáculos no processo de trabalho do assistente social com esta população, onde a equipe técnica necessita lutar e adquirir manobras para conseguir promover atendimentos humanizados.

Diante deste cenário, a vivência de estágio no CREAS possibilitou, ainda, entender o desenvolvimento de habilidades técnicas e éticas cruciais para a formação do curso de Serviço Social, que deve ser capaz de lidar com situações de altas complexidades, tendo empatia e profissionalismo. E mesmo em meio aos desafios do acesso às políticas públicas, batalhar para a saída dos indivíduos que vivenciam múltiplas violações de direitos, oferecendo-lhes condições para reintegração social.

Portanto, tenho convicta certeza que ao encerrar o ciclo de estágio, obtive uma visão completamente transformadora na minha vida, por toda a bagagem de conhecimentos adquiridos durante esse período. Perante esse processo, entrei como alguém em busca de experiência, mas ao final, sai com uma nova perspectiva, mais madura e capaz de compreender o ambiente profissional, encorajada e com sonhos de um dia profissionalmente poder de certa forma lutar para modificar e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

O estágio supervisionado não apenas ampliou meu conhecimento técnico, mas também contribuiu incrivelmente e foi fundamental para o meu crescimento humano, permitindo-me entender a realidade de atuação do assistente social, do qual almeja e busca incansavelmente a justiça social e o acesso universal aos direitos a todas as pessoas que necessitam. Através desta vivência, pude perceber a importância de compreender a totalidade de toda historicidade dos usuários e das situações trazidas, além da essencialidade de oferecer suporte no enfrentamento das vulnerabilidades. Em outras palavras, a partir destas experiências e da compreensão aprofundada dos diversos fatores, tenho a convicção que fiquei ainda mais apaixonada por esta linda profissão e sinto, com certeza, que fiz a escolha certa para minha futura carreira profissional, pois, sem dúvida alguma, o mundo precisa de pessoas comprometidas e que realmente desejam a construção de uma sociedade mais justa, humanizada e igualitária.

REFERÊNCIAS

_____. LEI N° 11.258, DE DEZEMBRO DE 2005. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.** Brasília/DF, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111258.htm. Acesso em: 16 abr. 2024.

_____. LEI Nº 12.345, DE 6 DE JULHO DE 2011. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social.** Brasília/DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. **Institui a Política para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.** Brasília – DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.053%20DE. Acesso em: 18 abr. 2024

BRASÍLIA. **Política Nacional de Assistência Social -PNAS/ 2004.** Norma Operacional Básica – NOB/ SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional da Assistência Social. Novembro, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRITO, C.; SILVA, L. N. da. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 151–160. Rio de Janeiro/RJ, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/7LPJ5Lk7TZkZSG9fnprTPyg/#>. Acesso em: 23 mai. 2024.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. v. 19, n. 1. Rio de Janeiro/RJ, jan./abr. 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 set. 2024.

FORTUNATO, I.; NETO, A. S. **Método(s) de Pesquisa em Educação.** São Paulo: Edições Hipótese, 2018. Disponível em: <https://www.precog.com.br/bc-texto/obras/2021pack0517.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000. Disponível em: <https://wandersoncmagalhaes.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>. Acesso em: 29 out 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Cidades e Estados: Torres (RS).** Panorama Municipal. Censo de 2022. Brasil/RS, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/torres/panorama>. Acesso em: 06 set. 2024.

MENDES, R. P. S. **Inclusão Social.** Mundo Educação. UOL, 2024. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm>. Acesso em: 02 jul. 2024.

MINAS GERAIS, Governo de. **Desenvolvimento Social.** De Média Complexidade. Serviços de Média Complexidade. Disponível em: <https://social.mg.gov.br/assistencia-social/protecao-social-especial/de-media-complexidade>. Acesso em: 23 set. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Centro de Referência Especializado de assistência Social- CREAS.**

Dez., 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas#>. Acesso em: 02 out. 2024.

OLIVEIRA, N. H. D. O Serviço Social e garantia dos direitos: o trabalho sociojurídico. **Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios Contemporâneos**; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3174>. Acesso em: 20 nov. 2024.

PAIVA I. K. S. de; et al., Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 21. n. 8. p. 2595-2606, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/knWgXfP7fKXpsW84f6gxM8r/?lang=pt#>. Acesso em: 02 jul. 2024.

PARANÁ, Governo do Estado. **O que é ser cidadão**. Secretaria da Justiça e Cidadania. Curitiba/PR, 2019. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/O-que-e-ser-Cidadao#:~:text=Afinal%2C%20o%20que%20%20C3%A9%20ser,ser%20votado%2C>. Acesso em: 02 jul. 2024.

PASSAGENS PROMO. **Praia de Torres**: conheça a praia mais bonita do Rio Grande do Sul, 24 nov. 2021. Disponível em: <https://www.passagenspromo.com.br/blog/praiade-torres/>. Acesso em: 05 set. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRES. **Assistência Social promove capacitação para os integrantes do Programa Frente de Trabalho**. Torres/RS, 2024. Disponível em: <https://torres.rs.gov.br/2024/04/12/assistencia-social-promove-capacitacao-para-os-integrantes-do-programa-frente-de-trabalho-2/#:~:text=Sobre%20o%20Programa%20Frente%20de,de%20Obras%20e%20Servi%C3%A7os%20P%C3%ABlicos>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SÃO PAULO, Governo do Estado. **O que é o CREAS?**. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/o-que-e-o-creas/#:~:text=Crian%C3%A7as%2C%20adolescentes%2C%20jovens%2C%20mulheres,trabalho%20infantil%20e%20outra>. Acesso em: 24 set. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS. **As Políticas Públicas e como elas afetam nosso país**. Recife/PE, 2024. Disponível em: <https://ouvidoria.tce.pe.gov.br/politicas-publicas-e-sua-importancia/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. **Movimento Nacional da População em situação de rua**. Outubro- 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Nacional_da_Popula%C3%A7%C3%A3o_em_Situa%C3%A7%C3%A3o_de_Rua#:~:text=O%20Movimento%20Nacional%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o,pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20para%20esse%20grupo. Acesso em: 02 jul. 2024.